

Medida foi tomada após assembleia de professores e funcionários de escolas aprovar manutenção da greve

O governo do Estado suspendeu as negociações com os servidores públicos sobre o pagamento do reajuste salarial e das promoções e progressões do funcionalismo. A medida foi anunciada nesta segunda-feira (24) pelo líder da bancada governista na Assembleia Legislativa, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PSB), em resposta à decisão dos professores e funcionários de escolas, que em assembleia no último sábado, em Curitiba, decidiram rejeitar a proposta feita pelo Executivo, e manter a greve que já dura uma semana. Com isso, não há previsão de novas reuniões de negociação ou perspectiva de solução do impasse.

Na semana passada, o governo havia se comprometido a retirar da pauta da Assembleia as emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que previam a suspensão por tempo indeterminado do pagamento do reajuste salarial dos servidores previsto inicialmente para janeiro de 2017 em troca da volta ao trabalho das categorias paralisadas. Além dos professores e funcionários de escolas, estão em greve também os policiais civis. O comando de greve da APP-Sindicato chegou a recomendar a suspensão da greve, mas a proposta foi rejeitada na assembleia da categoria por 724 votos a 719.

Romanelli admitiu que o resultado da assembleia dos trabalhadores da educação frustrou o governo. “Está tudo suspenso por conta de que o governo havia colocado como condição para abrir as negociações e retomá-las de uma forma abrangente o fim das greves. Como não houve o fim das greves, o governo já me disse, o chefe da Casa Civil (Valdir Rossoni) me colocou que o governo não está negociando absolutamente nada nesse momento”, afirmou ele. “Houve por parte do governo uma grande frustração pelo posicionamento da categoria. Uma assembleia dividida. A direção da APP restou derrotada no encaminhamento que fez. A mesa de negociação era justamente para buscar alternativas”, disse o líder governista.

Fontes da Assembleia Legislativa apontavam que apesar da decisão dos professores e funcionários de escolas, o governo ainda planejava retirar a emenda e propor o pagamento da reposição da inflação de 2016 para servidores com salários até R\$ 5 mil. Romanelli negou a informação. O governo não estuda nenhuma outra alternativa neste momento. Segundo o chefe da Casa Civil, o governo não tem interlocutores para negociar neste momento”, garantiu.

Mesmo assim, o líder governista diz que está mantida o cronograma já estabelecido anteriormente, de não votar a emenda até o final de novembro. “A emenda está com a tramitação suspensa. O resultado da assembleia da APP não muda nada. Não vamos antecipar nenhuma votação. A previsão é de que a emenda seja analisada só no final de novembro e até lá terá que haver uma dinâmica que possa permitir a negociação com o Fórum das Entidades Sindicais. A direção do sindicato terá que fazer um novo debate sobre essa questão até para poder retomar o diálogo com o governo”, previu.

Aposta

Com o impasse, o governo aposta agora no desgaste e enfraquecimento da greve, já que ela acontece próximo ao final do ano letivo, momento em que boa parte dos estudantes está se preparando para prestar vestibular ou fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Pelo que se tem visto, a greve tem uma adesão muito baixa”, comentou ontem Romanelli, apontando ainda que o resultado da assembleia, que aprovou a manutenção da greve por uma diferença de apenas cinco votos, mostrou que a categoria está dividida . “Eu acho que o movimento está enfraquecido. É importante que tenham a compreensão que o prejuízo que já causaram aos alunos do Estado é muito grande e tem que ser repensado nesse momento”, reforçou o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB).

[Fonte: Bem Paraná, 25 de outubro de 2016.](#)